



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região
Coordenadoria de Licitações e Contratos

MINUTA DO TERMO DE CESSÃO DE USO

**TERMO DE CESSÃO DE USO QUE CELEBRAM, ENTRE SI, A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA QUINTA REGIÃO, E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

A União, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA QUINTA REGIÃO**, sediado na Rua Ivonne Silveira, 248 - Narandiba (Via local da Av. Paralela - sentido - Centro), Salvador - BA, inscrito no CNPJ sob o n. 02.839.639/0001-90, neste ato representada por seu **Diretor Geral, Tarcísio José Filgueiras dos Reis**, doravante denominado de **CEDENTE**, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o n. **XXXXXXXXXX**, sediada na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante designada **CESSIONÁRIA**, neste ato **representada por XXXXXXXXXXXXXXXX (preencher com nome e função)**, CPF: **XXX.XXX.XXX-XX**, conforme atos constitutivos e/ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **PROAD n. 5713/2025** e em observância às disposições da **Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE CESSÃO ONEROSA DE USO**, decorrente do(a) **Pregão Eletrônico n. 90004/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

<No CPF do representante legal da contratada deve ser colocado "X" nos três primeiros números e nos dois últimos, em razão da LGPD.>

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO – O objeto deste contrato é a Cessão de uso onerosa de área física de 8.187,38 m², existente no pavimento da garagem G4 do Fórum Dois de Julho, para exploração

da atividade de estacionamento para o público externo, englobando a gestão e controle de acesso do público externo e interno.

PARÁGRAFO ÚNICO – Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1. O Termo de Referência;
2. O Edital da Licitação;
3. A Proposta da CONTRATADA;
4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - A área a ser cedida pelo CEDENTE para uso da CESSIONÁRIA consta na tabela abaixo e será recebida mediante assinatura do Termo de Recebimento (anexo VIII do Termo de Referência):

UNIDADE	ENDEREÇO	ÁREA (M²)
Fórum 2 de Julho (nova sede do TRT5)	R. Ivone Silveira, 248 - Imbuí, Salvador - BA	8.187,38m², conforme planta (Anexo I do Termo de Referência), assim distribuída: <ul style="list-style-type: none">➤ 256 vagas para automóveis;➤ 153 vagas para motocicletas;➤ 148 vagas para bicicletas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FINALIDADE: A cessionária utilizará a área cedida para exploração comercial da atividade de estacionamento e controle de acesso do público externo e interno, incluindo o gerenciamento e controle da operação, bem como aquisição, instalação e manutenção dos mobiliários, dos equipamentos físicos e tecnológicos necessários à execução do serviço, consoante descrito no item 1.1.1 do Termo de Referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os bens de propriedade do TRT da 5ª Região que poderão ser utilizados pela CESSIONÁRIA, e ficarão sob a responsabilidade desta, estão listados no anexo VIII do Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A utilização do imóvel pela CESSIONÁRIA para fins diversos dos fixados no “caput” desta cláusula determinará a extinção do ajuste e o retorno da área à posse do CEDENTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A presente cessão não poderá ser transferida, no todo ou em parte, a qualquer título pela CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA QUARTA - DA NATUREZA: Trata-se de cessão de uso a título precária e onerosa, para exercício de atividade de apoio, nos termos do art. 3º, III, da Resolução n. 356/2023.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O ressarcimento de **despesas comuns** obedecerá ao inciso I do parágrafo único do art. 10 da Resolução n. 356/2023 do CSJT e serão fixadas por apostilamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O rateio das despesas comuns obedecerá às seguintes regras:

a) Além da taxa de ocupação mensal, a CESSIONÁRIA participará, nos termos da Resolução de n. 356/2023, do CSJT, do rateio das despesas comuns de água e esgoto, limpeza e conservação, energia elétrica, manutenção predial, vigilância, proporcionalmente ao seu consumo, a serem pagas mensalmente, via GRU (cód. 28955-8), até o 10º dia útil do mês subsequente, conforme tabela a seguir:

Tipo de Despesa	Valor proporcional ao consumo
Água e esgoto	Será cobrado da cessionária o valor correspondente ao consumo proporcional de água e esgoto, caso haja utilização de água na prestação do serviço de lavagem ecológica ou a seco de veículos.
Limpeza e conservação	R\$ 3.663,38 (três mil, seiscentos e sessenta e três reais e trinta e oito centavos)
	R\$ 2.472,91 (dois mil, quatrocentos e setenta e dois reais e noventa e um centavos)

Energia elétrica	<p>e um centavos), referentes ao consumo de energia elétrica dos equipamentos previamente instalados na área cedida pela cedente.</p> <p>No prazo de até 10 dias corridos após o início de suas atividades, a cessionária deverá apresentar a planta do parque tecnológico, conforme item 7.1.1.2.4 do Termo de Referência, para que a CMP possa adicionar ao montante supramencionado o valor correspondente ao consumo de energia elétrica dos equipamentos instalados na área cedida pela cessionária.”</p>
Manutenção Predial	R\$ 1.161,93 (um mil, cento e sessenta e um reais e noventa e três centavos).
Vigilância	R\$ 280,72 (duzentos e oitenta reais e setenta e dois centavos).

- b) Os valores estimados de rateio de despesas com água e esgoto abrangem as taxas cobradas pela Cessionária deste serviço público (Embasa), somado ao consumo individual da cessionária, se houver.
- c) Os valores estimados de rateio com limpeza e conservação abrangem os custos mensais do contrato respectivo, conforme cálculos apresentados pela Coordenadoria de Serviços de Apoio e Conservação.
- d) Os valores estimados de rateio de despesas com energia elétrica abrangem as taxas cobradas pela Cessionária deste serviço público (Coelba), somado ao consumo individual da cessionária, considerando os equipamentos utilizados por esta, conforme parque tecnológico apresentado pela Cessionária e cálculos realizados pela Coordenadoria de de Manutenção e Projetos.
- e) Os valores estimados de rateio de despesas com manutenção predial abrangem os custos mensais com contratos de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas e instalações, incluindo as elétricas, as de hidráulicas, as de combate e controle de incêndio, aparelhos de ar condicionados do TRT5 eventualmente existentes, conforme cálculos apresentados pela Coordenadoria de Manutenção e Projetos.

- f) Os valores estimados de rateio de despesas com segurança abrangem os custos mensais com contratos de Segurança Armada e Videomonitoramento e Bombeiro Civil, conforme cálculos apresentados pela Coordenadoria de Polícia Judicial
- g) Os valores dos rateios de despesa comuns sofrerão atualizações após 12 meses de vigência da contratação, conforme cálculos realizados pelas unidades gestoras dos respectivos contratos.
- h) As despesas referentes ao consumo de telefonia e internet deverão ser pagas pela cessionária diretamente às concessionárias/operadoras, conforme medições/faturas individualizadas.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE VIGÊNCIA - O prazo de vigência da contratação é de **5 (cinco) anos**, contados a partir da data da publicação do termo de cessão de uso no PNCP, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A prorrogação será condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA, **atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:**

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação;
- f) Não haja registro no CADASTRO INFORMATIVO DE CRÉDITOS NÃO QUITADOS DO SETOR PÚBLICO FEDERAL (CADIN).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

PARÁGRAFO QUARTO – O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA SEXTA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto **constam no Termo de Referência, anexo a este Termo de Cessão de Uso.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO – PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 1.1.1. Início da execução do objeto: 30 dias corridos contados do início da vigência do Termo de Cessão de Uso (a partir da data da publicação do termo de cessão de uso no PNCP, conforme item 1.5.1).
- 1.1.2. O estacionamento deverá funcionar das 06h30 às 18h30, nos dias em que houver expediente no Tribunal.
- 1.1.3. O estacionamento deverá, ainda, operar durante a realização de eventos institucionais, mesmo quando estes ocorrerem fora do horário descrito no item anterior, hipótese em que a cedente comunicará à cessionária a necessidade de ampliação do horário, no prazo de 05 dias úteis antes do evento.
- 1.1.4. Durante o horário de funcionamento do estacionamento, o sistema de controle de acesso e saída operado pela cessionária deve ser capaz de modular a seguinte dinâmica de permissão de acesso:
 - 1.1.4.1. A partir das 06h30- funcionários das empresas terceirizadas do Tribunal;
 - 1.1.4.2. A partir das 07h- advogados, servidores e magistrados do Tribunal;
 - 1.1.4.3. A partir das 07h30- público em geral.
- 1.1.5. A dinâmica de permissão de acesso supramencionada pode ser alterada durante o curso da cessão de uso pela cedente ou mediante solicitação prévia e fundamentada da cessionária, com a correspondente autorização

formal e expressa da cedente.

- 1.1.6. Durante o período do recesso judiciário, o estacionamento permanecerá fechado ao público externo, ficando suspensa a operação regular dos serviços de estacionamento, haja vista que a referida redução do fluxo de usuários foi considerada no laudo de avaliação (Anexo IV).
- 1.1.7. No período referido no tópico anterior, caberá à cessionária realizar exclusivamente o gerenciamento e o controle de acesso e saída dos trabalhadores terceirizados, de prestadores de serviços, de servidores e magistrados previamente autorizados pela cedente a desempenhar atividades em regime extraordinário.
- 1.1.8. Para a execução das atividades previstas no item 7.1.1.1.7 do TR, a cessionária deverá manter equipe reduzida de funcionários, limitada ao quantitativo mínimo necessário à adequada execução do controle de acesso do público interno autorizado, mantidos os padrões de segurança e rastreabilidade exigidos contratualmente.
- 1.1.9. Compete à cedente encaminhar previamente à cessionária a relação nominal atualizada das pessoas autorizadas a acessar as dependências do Tribunal durante o período de recesso, bem como comunicar eventuais alterações, a fim de viabilizar o adequado controle de entrada e saída.
- 1.1.10. A mão de obra e equipamentos mínimos a serem disponibilizados pela Cessionária, responsável pela gestão e controle da operação do serviço de estacionamento, deverão observar o seguinte:
 - 1.1.10.1. 1 estação de atendimento e cobrança presencial/assistida, com mínimo de dois operadores de caixa, distribuídos durante o horário de funcionamento do estacionamento (um no período da manhã e o outro no período da tarde, por exemplo);
 - 1.1.10.2. 3 totens de autoatendimento/pagamento, no mínimo;
 - 1.1.10.3. 2 postos de controlador de estacionamento, de modo a garantir a eficiência da operação.
- 1.1.11. O efetivo de mão de obra necessário na operação e os correspondentes tipos de escala de trabalho a serem empregados pela Cessionária são de livre escolha desta, desde que atendidas as quantidades mínimas de totens,

de estação de atendimento presencial, de postos de controle acima especificados, sendo responsabilidade da cessionária o cumprimento das normas trabalhistas incidentes e, sobretudo, as normas da categoria aplicáveis à matéria.

- 1.1.12. Todos os funcionários da Cessionária alocados no TRT5 para a execução do objeto contratado deverão apresentar-se devidamente uniformizados e com crachá de identificação, contendo o seu nome, além do nome da empresa.
- 1.1.13. A comunicação entre os controladores de estacionamento será realizada por meio de estações portáteis (rádios de comunicação), que permitirão o deslocamento otimizado destes na G4, de acordo com as necessidades detectadas na operação.
- 1.1.14. As tarifas a serem praticadas pela cessionária para automóveis observarão como limite máximo os valores constantes na pesquisa média de preços constante no Anexo II do Termo de Referência.
 - 1.1.14.1. O preço da primeira tarifa para automóveis, correspondente à primeira hora, deverá observar como limite máximo o valor obtido na Pesquisa de Preços Médios de Tarifas Praticadas no entorno do Fórum Dois de Julho (Anexo II).
 - 1.1.14.2. Os preços das demais tarifas praticadas pela cessionária (tarifa/hora a partir da 2ª hora, diarista, mensalista) não serão considerados no critério de julgamento. Contudo, deverão observar os seguintes requisitos:
 - 1.1.14.2.1. O valor da tarifa por hora, a partir da segunda hora, não pode ser maior do que o valor ofertado para a tarifa da primeira hora, bem como não pode ser maior do que o valor obtido na pesquisa de preço para tarifa da 2ª hora: R\$ 8,82 (oito reais e oitenta e dois centavos), conforme Anexo II;
 - 1.1.14.2.2. O valor da tarifa diária e da tarifa mensal não podem ser superiores aos valores constantes na pesquisa de preço para esses dois tipos de tarifa (Anexo II): 43,20 (quarenta e três reais e vinte centavos) e 242,22 (duzentos e quarenta e dois reais e vinte e dois centavos), respectivamente.

- 1.1.14.3. As tarifas aplicadas para motocicletas serão correspondentes ao valor da metade das tarifas aplicadas para carro.
- 1.1.14.4. A cessionária não poderá conceder cortesias ou privilégios de qualquer natureza, descontos e outras ocorrências do tipo, sem a anuência prévia do TRT;
- 1.1.14.5. O período de tolerância para utilização do estacionamento sem a necessidade de pagamento será de, no mínimo, 15 minutos, e ficará sob a responsabilidade da cessionária, desde que esteja em consonância com as leis municipais, estaduais e federais pertinentes à questão.
- 1.1.14.6. O período de tolerância para saída do estacionamento após o pagamento realizado em caixa deverá ser de, no mínimo, 15 minutos, desde que observadas as legislações municipais, estaduais e federais.
- 1.1.14.7. A cessionária deve atender às legislações aplicáveis à atividade comercial de estacionamento, inclusive aquelas que dispunham sobre acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, bem como de idosos e gestantes, respeitando a quantidade mínima de vagas a serem destinadas para este fim, a sinalizações e demais especificações normativas vigentes.
- 1.1.14.8. A gestão e o controle de acesso do público interno do Tribunal — compreendidos servidores, magistrados, terceirizados e estagiários —, que acessam o Fórum Dois de Julho pelo pavimento da G4 e utilizam, de forma gratuita, os pavimentos de estacionamentos distintos do pavimento G4, deverão ser realizados pela Cessionária por meio de sistema de identificação eletrônica, mediante utilização obrigatória de LPR e biometria facial.
- 1.1.14.9. As duas tecnológicas supramencionadas (LPR e biometria facial) foram adquiridas pela cedente e estão em fase de implantação.
- 1.1.14.10. Durante o curso da cessão de uso, a tecnologia de TAG veicular pode ser adotada para o controle de acesso do público interno, a critério da cedente, com a finalidade de aumentar a segurança e o monitoramento da operação, em complementação das tecnologias

previstas no item anterior (LPR e biometria facial). Nesta hipótese, a cessionária será responsável pela aquisição das TAG's, observando o preço máximo indicado na pesquisa de preço (Anexo II) para a referida etiqueta, cuja despesa será abatida da contraprestação devida pela cessionária, após comprovação da despesa.

- 1.1.14.11. O abatimento previsto no item anterior ficará condicionado à comprovação documental pela Cessionária dos custos despendidos, mediante apresentação de notas fiscais e de, no mínimo, três orçamentos, e da justificativa técnica para a escolha do fornecedor;
- 1.1.14.12. O valor para a confecção da TAG deverá observar o limite máximo de R\$ 18,75 (dezoito reais e setenta e cinco centavos), conforme pesquisa de preços praticados no mercado (Anexo II).
- 1.1.14.13. Na hipótese de, no curso da cessão de uso, ocorrer a perda ou extravio da primeira TAG concedida pela Cessionária ao integrante do público interno do Tribunal, a Cessionária poderá exigir do respectivo usuário o pagamento pela emissão de segunda via, observado valor módico e compatível com os preços praticados no mercado, vedada qualquer forma de cobrança abusiva ou desproporcional.
- 1.1.14.14. A cobrança de que trata o item anterior não implicará qualquer ônus financeiro à Cedente, sendo vedada a transferência de custos ao Tribunal.
- 1.1.14.15. O tipo de acesso utilizado pelo público interno (TAG veicular e LPR) poderá ser alterado durante a vigência da cessão de uso, desde que haja determinação de ofício ou autorização expressa da Cedente após solicitação justificada da cessionária, o que será formalizado mediante aditivo contratual.
- 1.1.14.16. **USUÁRIO MENSALISTA**

- 1.1.14.16.1. A quantidade de vagas reservadas para fim de utilização do estacionamento por usuários mensalistas será de 20 % (vinte por cento) do total das vagas destinadas à automóveis;

- 1.1.14.16.2. Constatada pela cessionária, no curso da execução do contrato, demanda superior ou inferior à capacidade

inicialmente prevista, o percentual poderá ser ampliado ou diminuído, a critério da cedente, podendo chegar a, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) do total das vagas destinadas à automóveis.

- 1.1.14.16.3. Os usuários mensalistas somente poderão utilizar o estacionamento no horário de funcionamento deste (das 06h30 às 18h30), nos dias em que houver expediente no Tribunal, bem como nos períodos em que houver eventos institucionais;
- 1.1.14.16.4. As vagas destinadas a usuários mensalistas deverão ser exclusivamente direcionadas ao público externo do Tribunal, assim compreendido como aqueles que o frequentam de forma regular, para o desempenho de atividades institucionais ou profissionais, tais como advogados, partes, peritos, membros do Ministério Público, defensores públicos.
- 1.1.14.16.5. O interessado em contratar vaga na modalidade mensalista deverá formalizar sua solicitação junto à Cessionária, a qual encaminhará à Cedente a relação dos solicitantes, acompanhada das informações necessárias à análise do enquadramento nos critérios estabelecidos.
- 1.1.14.16.6. Compete à Cedente realizar o controle prévio da destinação das vagas mensalistas, mediante verificação do atendimento, pelo solicitante, dos requisitos definidos, especialmente quanto à sua condição de público externo frequentador regular do Tribunal para atividades institucionais ou profissionais.
- 1.1.14.16.7. Somente após autorização expressa da Cedente poderá a Cessionária efetivar o cadastro do usuário na condição de mensalista.
- 1.1.14.16.8. Caberá à Cessionária o controle permanente do limite de até 25% (vinte e cinco por cento) das vagas destinadas a mensalistas, vedada a efetivação de novos cadastros que

impliquem a extrapolação desse percentual.

- 1.1.14.16.9. Não será autorizada a cessão ou comercialização das vagas de mensalistas ao público externo em geral, compreendido este como usuários que não se enquadram no perfil descrito no item 7.1.1.1.26.3 do TR, ressalvadas apenas hipóteses expressamente autorizadas pela Cedente;
- 1.1.14.16.10. O acesso dos usuários mensalistas será realizado por meio de tecnologias disponíveis no mercado, a critério da cessionária, cujo custeio será integralmente de responsabilidade do usuário, não implicando qualquer ônus para a cedente, nem sendo passível de abatimento do valor da contraprestação devida pela cessionária.
- 1.1.14.16.11. O valor cobrado do usuário pela cessionária para a disponibilização dos meios de acesso deverá ser módico e compatível com os preços praticados no mercado, sendo vedada a cobrança de valores abusivos ou desproporcionais.
- 1.1.14.16.12. O sistema de controle de acesso deverá controlar todos os parâmetros dos mensalistas (data de validade, vagas, períodos, valores, etc.).
- 1.1.14.17. MATERIAIS/EQUIPAMENTOS A SEREM DISPONIBILIZADOS:
 - 1.1.14.17.1. A Cedente disponibilizará apenas uma parte da infraestrutura, conforme equipamentos descritos no Anexo III, os quais já estão instalados na área cedida.
 - 1.1.14.17.2. Caberá à cessionária adquirir e instalar todos os demais equipamentos, mobiliários e sistemas de operação e controle de gerenciamento do estacionamento (conforme descrito no item 1.1.1 do TR), no prazo de 30 dias, a partir da publicação do termo de cessão de uso, findo o qual todos os equipamentos e sistemas necessários ao pleno funcionamento, operação e gestão do estacionamento deverão estar devidamente instalados e em funcionamento;
 - 1.1.14.17.3. Conforme descrito nos itens 4.1.3.1 e 4.1.3.1.1 do TR, a

cessionária deverá assegurar que os equipamentos e sistemas adquiridos por ela, relativos à operação de estacionamento, quando tecnicamente viável, sejam compatíveis e passíveis de integração e interoperabilidade com os sistemas e equipamentos já implantados no Tribunal (consoante no item 4.1.2 e Anexo III do TR), de modo a preservar os investimentos previamente realizados pelo Tribunal.

1.1.14.17.4. No tocante aos equipamentos de CFTV e radiocomunicação adquiridos e instalados pela cessionária, em complementação aos equipamentos já implantados na área cedida, a cessionária deve observar o quanto disposto nos itens 4.1.4 a 4.1.4.2 do TR.

1.1.14.17.5. A CESSIONÁRIA deverá apresentar ao CEDENTE em até 10 dias corridos depois do início das suas atividades, a planta do parque tecnológico, com a relação de bens, utensílios e equipamentos instalados no espaço cedido, que serão utilizados na prestação dos serviços.

1.1.14.18. PRAZO DE EXECUÇÃO: O início da prestação dos serviços deverá ocorrer em até 30 dias corridos contados do início da vigência do Termo de Cessão de Uso (a partir da data da publicação do termo de cessão de uso no PNCP, conforme item 1.5.1 do TR), salvo impossibilidade de ocupação da área destinada ao estacionamento neste prazo que não decorra de culpa da cessionária.

1.1.14.19. LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA/EXECUÇÃO: Os serviços deverão ser prestados nos dias de expediente do CEDENTE, das 06h30 às 18h30, no Fórum 2 de julho, situado à R. Ivone Silveira, 248 - Imbuí, Salvador - BA. A área cedida está localizada na G4 do referido Fórum.

1.1.14.19.1. O estacionamento deverá, ainda, operar durante a realização de eventos institucionais, mesmo quando estes ocorrerem fora do referido horário, hipótese em que a cedente comunicará previamente à cessionária no prazo de 5 dias úteis.

- 1.1.14.19.2. Durante o período do recesso judiciário, o estacionamento permanecerá fechado ao público externo, ficando suspensa a operação regular dos serviços de estacionamento, haja vista que a referida redução do fluxo de usuários foi considerada no laudo de avaliação (Anexo IV do TR).
- 1.1.14.19.3. Na hipótese de alteração do horário de funcionamento da CEDENTE, a cessionária será previamente comunicada, no prazo de 05 dias úteis antes do evento, para adequar sua operação ao novo período estabelecido, o que será formalizado por comunicação formal, a exemplo de e-mail.
- 1.1.14.20. DAS ÁREAS E INSTALAÇÕES DISPONIBILIZADAS: área total objeto da cessão na sede da CEDENTE, localizada na R. Ivone Silveira, 248 - Imbuí, Salvador - BA é 8.187,38m², conforme planta (Anexo I), assim distribuída:
 - 1.1.14.20.1. 256 vagas para automóveis;
 - 1.1.14.20.2. 153 vagas para motocicletas;
 - 1.1.14.20.3. 148 vagas para bicicletas.
- 1.1.14.21. DA VISTORIA A SER REALIZADA ANTES DA ENTREGA DA ÁREA CEDIDA À CESSIONÁRIA E DEPOIS DO TÉRMINO DA CESSÃO E DA ENTREGA DAS CHAVES:
 - 1.1.14.21.1. As partes realizarão a vistoria na área objeto da cessão de uso, no prazo de até 10 (dez) dias corridos da assinatura do termo de cessão de uso, visando atestar que o espaço e os equipamentos foram entregues em perfeito estado de conservação e aptos ao funcionamento.
 - 1.1.14.21.2. Após a vistoria prevista no item anterior e antes da entrega das chaves do espaço cedido, o representante legal da CESSIONÁRIA deverá assinar o Termo de Recebimento de Área Cedida e Equipamentos conforme modelo constante do Anexo VIII.
 - 1.1.14.21.3. Após o término da vigência da cessão de uso e até 10 (dez) dias corridos antes do término do prazo descrito no item

14.45 do Termo de Referência, concernente à devolução das áreas e instalações pela CESSIONÁRIA, será realizada vistoria final pelas partes com a posterior elaboração de laudo técnico pela área de engenharia do CEDENTE visando a atestar que o espaço e equipamentos cedidos foram devolvidos em condições regulares.

1.1.14.21.4. A devolução da área e instalações só se considerará efetivada após a realização da vistoria final prevista no item anterior com a respectiva assinatura do Termo de Devolução de Área Cedida e Equipamentos conforme modelo constante do Anexo IX do Termo de Referência.

1.1.14.22. ESTRATÉGIA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

1.1.14.22.1. A prestação dos serviços de estacionamento se iniciará de forma integral dentro do prazo limite de 30 dias corridos, contados do início da vigência do Termo de Cessão (a partir da data da publicação do termo de cessão de uso no PNCP, conforme item 1.5.1 do TR), e não será aceito o fornecimento parcial ou limitado dos serviços pela cessionária.

1.1.14.22.2. Antes do início das atividades, a cessionária deverá fornecer à equipe de gestão e fiscalização as informações (nome, RG, telefone) referentes aos seus funcionários de forma a autorizar o acesso às dependências do cedente, devendo atualizar as informações sempre que necessário.

PARÁGRAFO SEGUNDO – DO RECEBIMENTO – Em conformidade com o art. 140, I, da Lei 14.133/2021, o objeto da presente licitação será recebido, mensalmente (a cada 30 dias de prestação efetiva do serviços):

- a. **Provisoriamente**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da conclusão da prestação mensal, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- b. **Definitivamente**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação do cumprimento das obrigações, mediante termo detalhado, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente.

- c. Os serviços/equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela fiscalização da cessão, às custas da cessionária, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- d. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da cessão.
- e. Para efeito de fiscalização do cumprimento das obrigações pela cessionária, a cedente terá livre acesso à área e aos demais elementos que julgar necessários.

CLÁUSULA SÉTIMA – SUBCONTRATAÇÃO – Será permitida a subcontratação do serviço acessório de lavagem ecológica ou a seco de veículos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Será facultado à cessionária disponibilizar o serviço de lavagem a seco ou ecológica de veículos no espaço objeto da cessão, desde que comprovada a viabilidade técnica e estrutural da instalação pela equipe do Tribunal, observadas as normas de segurança, ambientais e administrativas aplicáveis, além dos requisitos previstos no item 4.2 do Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese de disponibilização do serviço acessório de lavagem ecológica ou a seco, a cessionária deverá apresentar à Coordenadoria de Manutenção e Projetos - CMP a relação e as especificações dos equipamentos a serem utilizados na prestação do serviço, para análise quanto à viabilidade técnica e física de sua instalação e funcionamento na área cedida, bem como para cálculo dos valores de ressarcimento de despesas se for o caso.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O preço do serviço de lavagem ecológica ou a seco de veículos está limitado ao valor de R\$ 99,50 (noventa e nove reais e cinquenta centavos), conforme pesquisa da média de preço praticada pelo mercado constante no Anexo II do Termo de Referência, podendo ser reajustado anualmente.

PARÁGRAFO QUARTO - O usuário interessado na lavagem ecológica disponibilizada pela cessionária deverá observar os procedimentos por ela estabelecidos para a prestação do referido serviço.

PARÁGRAFO QUINTO - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

PARÁGRAFO SEXTO - A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem

incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

PARÁGRAFO OITAVO - É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

PARÁGRAFO NONO - A subcontratação do serviço não pode configurar a sublocação ou transferência de cessão de uso, ainda que de forma parcial, tendo em vista a vedação constante no art. 5º, VII, da Resolução nº 356/2023.

CLÁUSULA OITAVA – DA LOCAÇÃO, EMPRÉSTIMO OU CESSÃO: Fica expressamente vedado à CESSIONÁRIA locar, transferir, emprestar ou ceder a terceiros, no todo ou em parte, os espaços cujos usos foram cedidos por força deste Termo de Cessão.

CLÁUSULA NONA – DA CONTRAPARTIDA: A título de contraprestação pelo uso do espaço, a CESSIONÁRIA recolherá mensalmente, a partir de um mês do início da prestação dos serviços, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU (cód. 28804-7), a título de taxa de ocupação, o valor de **R\$ 21.700,00 (vinte e um mil e setecentos reais)** fixado conforme critérios estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento da taxa de ocupação mensal deverá ser realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, devendo a cessionária apresentar ao fiscal da cessão o comprovante em até 2 (dois) dias úteis após o término do prazo do pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Em caso de atraso no pagamento da taxa de ocupação mensal pela CESSIONÁRIA será devida multa moratória no valor de 2% sobre o valor devido além de correção monetária calculada pela variação do IPCA do período.

PARÁGRAFO TERCEIRO – No período correspondente ao recesso forense (20 de dezembro a 6 de janeiro) e no período de suspensão de prazos processuais e audiências, em que não haja expediente no Tribunal ou haja um fluxo reduzido de usuários em parte desse período, também será devida pela Cessionária o pagamento integral da contraprestação mensal, haja vista que a referida redução do fluxo de usuários foi considerada no laudo de avaliação, para quantificação do correspondente valor (Anexo IV do Termo de Referência).

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PREÇO DA TARIFA DE ESTACIONAMENTO:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O preço da tarifa cobrada na **primeira hora** para estacionamento de automóvel será de **R\$ XXXXX (XXXXX)**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O detalhamento relativo ao pagamento da tarifa, inclusive para as horas excedentes à primeira, consta na cláusula sexta deste Termo de Cessão de Uso, bem como no item 7 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS BENFEITORIAS: A CESSIONÁRIA poderá introduzir benfeitorias úteis ou realizar obras necessárias ao fim que se destina, desde que autorizadas previamente pela Administração, incorporando-se as ditas benfeitorias ao patrimônio do CEDENTE, sem direito à indenização ou retenção, salvo as que puderem ser retiradas pela CESSIONÁRIA, sem ocasionar danos irreparáveis ao prédio em que estão instaladas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE. São obrigações do órgão cedente, além daquelas dispostas em leis ou regulamentos:

1. Publicar o Termo de cessão de uso e seus aditivos no site do Tribunal na página destinada a essa finalidade bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.
2. Disponibilizar a área cedida à CESSIONÁRIA após realização de vistoria para entrega do imóvel com a posterior assinatura, pela CESSIONÁRIA do termo de Responsabilidade previsto no Anexo VII do TR (relativo aos equipamentos já instalados na G4), e do Termo de Recebimento de Área Cedida e equipamentos, previsto no Anexo VIII do Termo de Referência.
3. Permitir o acesso da CESSIONÁRIA e seus empregados, representantes e prepostos às áreas

cedidas, observadas as normas de segurança institucional do Tribunal.

4. Avisar previamente (5 dias úteis) à CESSIONÁRIA sobre eventos, congressos e visitas institucionais realizados no TRT-5 que possam provocar aumento da quantidade de usuários no estacionamento, a fim de que esta possa ajustar sua rotina de trabalho para a possibilidade de aumento da rotatividade, sobretudo quando implicar ampliação do horário usual de funcionamento do estacionamento assim como os dias em que não haverá expediente forense.
5. Analisar o pedido de cadastro de usuário mensalista formulado pelos interessados.
6. Acompanhar e fiscalizar a Cessão de Uso, comunicando por escrito à CESSIONÁRIA as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas e registrando no processo administrativo correspondente as falhas detectadas e notificações enviadas.
7. Fazer vistorias periódicas do local, com vistas a fiscalizar o cumprimento das obrigações da cessionária, bem como das normas atinentes à atividade de estacionamento, como a observância da sinalização adequada e reserva de vagas destinada à deficientes, idosos, gestantes, pessoas com mobilidade reduzida, conforme legislação municipal vigente.
8. Analisar, por meio da Coordenadoria de Manutenção e Projeto (CMP) e da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (SETIC), a justificativa técnica apresentada pela cessionária quanto à substituição dos equipamentos existentes na área cedida, na hipótese de inviabilidade técnica de integração destes com os bens da cessionária, necessários à execução do serviço de estacionamento, conforme disposto no item 4.1.3.1.1. do TR.
9. Solicitar à Cessionária os esclarecimentos que julgar necessários, quanto à execução dos serviços.
10. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto da Cessionária.
11. Aplicar à CESSIONÁRIA as sanções previstas na lei, no edital de licitação e no Termo de Referência.
12. Promover todos os meios e elementos indispensáveis ao cumprimento do objeto do Termo de Referência, visando facilitar à CESSIONÁRIA a execução dos serviços que lhe são afetos.
13. Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades verificadas.
14. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA. São obrigações da CESSIONÁRIA, além daquelas dispostas em leis e normas pertinentes:

1. Cumprir todas as obrigações e condições discriminadas no Termo de Cessão de Uso , bem como no presente instrumento e seus anexos, sobretudo as relativas às especificações técnicas e modelo de execução do objeto, dispostos nos itens 4 e 7 do Termo de Referência, respectivamente.
2. Cumprir todas as exigências legais brasileiras referentes à atividade comercial exercida.
3. Indicar um preposto para a cessão de uso, sendo este o interlocutor da contratada junto ao Tribunal para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo TRT-5.
4. A comunicação com o preposto poderá ser efetuada por e-mail, telefone móvel, telefone fixo, pelo WhatsApp ou pessoalmente.
5. Gerenciar toda a parte operacional, financeira, estatística e de controle do estacionamento do público externo (incluindo os usuários avulsos, diaristas, mensalistas), bem como gerenciar o acesso (entrada e saída) do público interno do Tribunal por meio da G4, para que estes possam acessar os demais pavimentos de estacionamento.
6. Encaminhar, previamente, à Cedente, a relação dos nomes de todas as pessoas que vierem a lhe prestar serviços, ainda que em caráter eventual, bem assim apresentar, quando requerido, os documentos de identificação das mesmas e outros previstos em normas.
7. Expor, em local visível ao público, o horário de funcionamento do estacionamento, os preços e tarifas, tempo de isenção de pagamento, o local da estação de atendimento e cobrança, o local dos totens de autoatendimento e os números dos telefones da empresa e do órgão de Defesa do Consumidor.
8. Disponibilizar aos usuários cupom/nota fiscal pelo pagamento dos serviços ofertados pela cessionária, incluindo as tarifas avulsas, diárias, mensalistas, lavagem ecológica ou a seco de veículos.
9. Responsabilizar-se, por suas expensas, pelo pagamento de todos os impostos, taxas, licenças e seguros obrigatórios inerentes à exploração da atividade comercial de estacionamento.
10. Contratar e manter durante toda a vigência da cessão, seguro do tipo RC Garagista (Responsabilidade Civil Garagista), para todo e qualquer veículo estacionado ou em trânsito na área cedida, contra incêndio, roubos, furtos, colisões, danos de qualquer natureza, no prazo de

até 10 (dez) dias úteis após a publicação do Termo de Cessão no PNCP e antes da ocupação da área.

11. Responsabilizar-se, de forma objetiva, pela guarda e segurança dos veículos, respondendo por danos, furtos e roubos, independentemente de culpa, conforme Código de Defesa do Consumidor e Súmula 130 do STJ.
12. Apresentar ao TRT5 um relatório, no prazo de até 3 (três) dias úteis a contar do evento, de quaisquer desconformidades, incidentes, acidentes, roubos, furtos ocorridos na área cedida.
13. Atender prontamente às determinações da Fiscalização e prover todas as facilidades para o pleno desempenho de suas atribuições.
14. Cumprir as normas brasileiras que disponham sobre acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, pessoas idosas e gestantes, com vagas a serem destinadas a este fim, bem como as sinalizações e demais especificações normativas vigentes.
15. Informar ao TRT-5 um endereço válido de correio eletrônico (e-mail) e mantê-lo atualizado, para recebimento de todas as comunicações/notificações relativas à cessão de uso. Qualquer alteração do correio eletrônico fornecido deverá ser comunicada ao TRT5. Caso contrário, será considerada válida qualquer notificação enviada à cessionária pelo e-mail já informado por esta inicialmente.
16. Manter atualizada a documentação referente à habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a vigência da cessão de uso informando ao TRT-5, imediata e formalmente, caso ocorra, a impossibilidade de renovação ou apresentação de qualquer dos documentos, justificando a ocorrência.
17. Responsabilizar-se técnica e administrativamente pela execução do objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
18. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras disposições contratuais ou legais a que estiver sujeita, devendo, ainda, a cessionária responder integral e exclusivamente pelos serviços prestados, inclusive por danos materiais, furtos, roubos, colisões, extravios e quaisquer outros prejuízos ocorridos nas dependências do estacionamento, sem que disso decorra responsabilidade solidária ou subsidiária do TRT da 5ª Região.
19. Fornecer a seus empregados todos os instrumentos e instruções necessários à execução do

objeto contratual e cumprimento das obrigações fixadas neste instrumento.

20. Responder pelas despesas relativas a todos encargos trabalhistas, sociais e previdenciários bem como seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras verbas que forem devidas aos seus contratados e empregados, uma vez que estes não têm nenhum vínculo empregatício com o Tribunal.
21. Responsabilizar-se por toda e qualquer autuação e condenação oriunda da eventual inobservância das normas fiscais, previdenciárias e trabalhistas.
22. Fornecer, fiscalizar e assegurar a utilização dos EPIS (Equipamentos de proteção individual) necessários à proteção da integridade física dos seus trabalhadores.
23. Afastar dos serviços qualquer empregado seu que, comprovadamente e por recomendação da Fiscalização designada pelo TRT, venha a demonstrar conduta nociva, incapacidade técnica ou mantiver atitude hostil, causando embaraço à boa execução do objeto contratual, promovendo a substituição por outro empregado.
24. Garantir o sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão da contratação, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los.
25. Atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei n. 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região instituída pelo Ato TRT5 n. 468/2022, no que couber, e demais leis e regulamentos aplicáveis. No caso de situações não definidas nesta cláusula aplica-se o disposto na Lei nº 13.709/2018.
26. Promover, sobretudo quando solicitado pela cedente, as adequações necessárias às suas atividades e instalações para a harmonia e qualidade dos serviços prestados.
27. Adquirir e instalar os equipamentos, mobiliários e sistemas necessários à operação, controle e gerenciamento do estacionamento, conforme descrito no item 1.1.1 do TR, no prazo de 30 dias corridos, a partir da publicação do termo de cessão de uso no PNCP, findo o qual todos os equipamentos e sistemas necessários ao pleno funcionamento, operação e gestão do estacionamento deverão estar devidamente instalados e em funcionamento.
28. Obriga-se, durante todo o prazo de vigência da cessão, a adquirir e instalar, um quantitativo

maior de equipamentos e mobiliários, a critério e pedido da Cedente, quando constatada por esta que a quantidade desses materiais existentes é insuficiente para o funcionamento satisfatório e eficiente do estacionamento, o que deverá ser cumprido pela Cessionária no prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar do recebimento da notificação.

29. Responsabilizar-se pela conservação, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e mobiliários de sua propriedade e, também, dos equipamentos de propriedade do Tribunal instalados na área cedida, conforme descrito no Anexo III do TR, responsabilizando-se, ainda, pela substituição desses materiais, quando necessário, sobretudo quando apresentarem defeito ou qualquer irregularidade.
30. Possuir um Plano de Contingência para operação manual, no caso da inoperabilidade automática do Sistema, por quaisquer falhas ou defeitos, evitando a descontinuidade/interrupção da operação do estacionamento. No entanto, a operação manual não deverá ocorrer por um período superior a 3 (três) horas, devendo a cessionária adotar as medidas necessárias ao retorno da operação de modo automático dentro referido período.
31. Qualquer ocorrência que impossibilite o cumprimento dos prazos constantes no item anterior deverá ser comunicada, por e-mail, à fiscalização contratual. A solicitação de dilação de prazo deverá ser apresentada, justificando-se o motivo do atraso, bem como informado a nova data para cumprimento da obrigação, para posterior deliberação.
32. Manter todos os equipamentos operacionais em perfeitas condições de uso.
33. Disponibilizar de imediato todos os registros de vídeo, em tempo real, do CFTV solicitados pela cedente, cujo sistema deverá ser integrado com o CFTV da Cedente.
34. Fornecer e instalar todo o mobiliário necessário para a execução dos serviços nos postos de operação, em conformidade com as normas de ergonomia estabelecidas na NR-17 do Ministério do Trabalho e Emprego e demais normas aplicáveis à matéria. A Contratada deverá manter os bens em perfeito estado de conservação, higiene e funcionalidade, procedendo à substituição imediata de qualquer item sempre que houver desgaste, quebra ou solicitação fundamentada da Fiscalização do Tribunal.
35. Responsabilizar-se pela eventual atividade de recolhimento e transporte dos valores recebidos pelos usuários do estacionamento.
36. Prover a devida guarda e segurança dos veículos em sua posse: estacionados, que estejam em trânsito na área cedida ou em serviço de lavagem, inclusive por meio da cobertura securitária RC Garagista.

37. Deverá se responsabilizar pela sinalização vertical e horizontal do local, conforme normas aplicáveis à matéria, e seguindo o padrão de sinalização existente nos outros pavimentos de estacionamento do Tribunal.
38. Realizar o pagamento do rateio das despesas comuns com energia elétrica, manutenção predial, água e esgoto, vigilância, limpeza e conservação, conforme disposto no item 9.3.1 do TR, nos termos da Resolução de n. 356/2023, do CSJT.
39. Promover a conscientização dos seus funcionários quanto à minimização de resíduos e adequada disposição deles, em consonância com o sistema de gestão de resíduos do TRT.
40. Manter as atividades de estacionamento de veículos em operação das 06:30 às 18:30, nos dias em que houver expediente no Tribunal, prevendo alternativas de funcionamento em casos de greve, falta de energia e/ou pane no sistema, observando o quanto disposto no item 14.34 do TR.
41. Comunicar, de imediato, qualquer alteração ocorrida em seu contrato social, estatuto social ou de seu endereço de cobrança.
42. Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do objeto contratado, nos moldes do art.125, da Lei nº 14.133/2021.
43. Cumprir a Lei 8.056/2011, que dispõe sobre as vagas de estacionamento, exclusivamente, para veículos que transportem idosos, pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, no município de Salvador.
44. Cumprir o Decreto n. 28.337/2014, que regulamenta o uso das vagas preferenciais para gestantes e pessoas com crianças de colo nos estacionamentos de shoppings centers, centros comerciais e hipermercados, no Município de Salvador, aplicável ao TRT5 por analogia.
45. Retirar da área cedida, quando finda a cessão de uso, todos os mobiliários, sistemas e equipamentos de sua propriedade, sendo responsável pela desmontagem e recomposição da área cedida às condições originais, ressalvado o desgaste natural pelo uso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do dia seguinte ao término da vigência do Termo de Cessão de Uso.
46. Manter, durante toda a vigência do termo de cessão de uso de espaço público, as condições de habilitação exigidas na contratação.
47. Cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Termo de Referência.
48. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem

como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n. 14.133, de 2021).

- a. Comprovar a reserva de cargos referida acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n. 14.133, de 2021).

49. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de autoridade competente ou servidor/diretor que atue na área de licitação do CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n. 14.133, de 2021.
50. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.
51. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.
52. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente.
53. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto n. 6.481, de 12 de junho de 2008.
54. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.
55. Cumprir as demais obrigações previstas no Termo de Referência, bem como observar os requisitos técnicos ali dispostos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS À DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO:

1. A CESSIONÁRIA designará formalmente o preposto da empresa, em até 10 (dez) dias corridos após a publicação do Termo de Cessão de Uso no PNCP, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
2. A CESSIONÁRIA deverá manter preposto da empresa ou quem o substitua no local da execução do objeto durante o período das 06h30 às 18h30.

3. O CEDENTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a cessionária designará outro para o exercício da atividade.
4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a cessionária devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
5. O órgão poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
6. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da cessionária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da cedente ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
7. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP n. 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME n. 98, de 26 de dezembro de 2022.

PARÁGRAFO SEGUNDO - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD – As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

1. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
2. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
3. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CESSIONÁRIA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas

em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5. É dever da CESSIONÁRIA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
6. A CESSIONÁRIA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
7. O CEDENTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
8. A CESSIONÁRIA deverá prestar, no prazo fixado pelo CEDENTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11. O Termo de Cessão está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
12. Os contratos e convênios de que trata o §1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Da tabela de preços (tarifas praticada pela cessionária/serviço de lavagem ecológica de veículos):

1. Os preços das tarifas e do **serviço de lavagem ecológica de veículos** poderão ser reajustados, mediante:
 - a. Solicitação da CESSIONÁRIA e desde que seja observada a periodicidade anual, contada da data do orçamento estimado, considerando a tabela de preços praticada pela cessionária no momento do reajuste.
 - b. Demonstração pela CESSIONÁRIA, no pedido de alteração, dos seguintes indicadores: amplo estudo de mercado que demonstre a inaplicabilidade das tarifas em vigor; e/ou demonstração de incapacidade financeira mediante relatórios de demanda, receita e custos para a operação do estacionamento.
 - c. O estudo de mercado apresentado pela CESSIONÁRIA para fins de solicitação de reajuste mencionado no item anterior deverá observar o mesmo perímetro territorial utilizado na pesquisa de preços constante no Anexo II do Termo de Referência; de modo que a pesquisa de preço quanto às tarifas de estacionamento estão limitadas aos bairros do Imbuí, Stiep, Tancredo Neves, Paralela, Itagira e Caminho das Árvores. Com relação ao serviço de lavagem ecológica de veículos, a pesquisa está adstrita aos bairros do Caminho das Árvores, Pituba e Paralela, vedada a utilização de estabelecimentos situados fora dessa delimitação geográfica.
 - d. Prévia aprovação da cedente, após análise das justificativas e documentações apresentadas pela cessionária.
2. Caberá à CESSIONÁRIA solicitar o reajustamento dos preços, mediante apresentação da respectiva planilha e apresentar a documentação comprobatória do seu pleito.
3. O reajuste dos preços terá como limite a variação do índice de preços ao consumidor amplo – IPCA ou outro índice que venha a substituí-lo, no período considerado.
4. Os novos preços somente poderão ser praticados após o deferimento do pedido pelo CEDENTE.
5. Aplica-se o quanto disposto neste tópico ao reajuste do preço do serviço de lavagem ecológica ou a seco de veículos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Da taxa de ocupação mensal: O valor da taxa de ocupação será atualizado, pela variação apurada do IPCA, após 12 meses da data do orçamento estimado, assim considerada a data de emissão do laudo de avaliação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO QUARTO – No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CESSIONÁRIA pagará ao CEDENTE a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

PARÁGRAFO QUINTO – Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

PARÁGRAFO SEXTO – Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO OITAVO – Os reajustes serão realizados por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO E DO SEGURO GARAGISTA: Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei n. 14.133/2021, com validade durante a execução deste Termo de Cessão de Uso e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a CESSIONÁRIA optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação, assim considerado a soma dos valores referentes às taxas de rateio e da taxa de ocupação mensal, fixados no Termo de Cessão de Uso assinado pelas partes, multiplicada por 12 vezes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em caso de opção pelo **SEGURO-GARANTIA**, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.
2. Caso a adjudicatária não apresente a apólice de seguro-garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO – DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA GARANTIA

I – Quando a CONTRATADA optar por seguro-garantia, deverá apresentar a apólice no prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

II – Quando a CONTRATADA optar por uma das demais modalidades (caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, fiança bancária ou título de capitalização), deverá comprovar a garantia no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, após a publicação do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caso seja a garantia em **DINHEIRO** a modalidade de garantia escolhida pela CONTRATADA, deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

PARÁGRAFO QUARTO – Caso a opção seja por utilizar **TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA**, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

PARÁGRAFO QUINTO – No caso de garantia na modalidade de **FIANÇA BANCÁRIA**, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO SEXTO – Na hipótese de opção pelo **TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO**, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao CONTRATANTE juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP n. 656, de 11 de março de 2022).

PARÁGRAFO SÉTIMO – A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e
2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

PARÁGRAFO OITAVO – No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO NONO – Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da data em que for notificada.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n. 662, de 11 de abril de 2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Termo de Referência.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista no Termo de Referência.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Além da garantia prevista no art. 96 da Lei 14.133/2021, a licitante vencedora deverá contratar, sem qualquer ônus para a cedente, **seguro do tipo RC Garagista (Responsabilidade Civil Garagista)** condizente com as características físicas do espaço cedido, com as condições da prestação do serviço, abrangendo, sobretudo, a cobertura contra incêndio, roubo, furtos, colisões e danos de qualquer natureza que porventura ocorram nos veículos dentro do estacionamento, observando, ainda, o valor mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) de garantia para a apólice contratada, correspondente a, no mínimo, R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) para danos materiais e 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos morais, conforme justificativa do item 5.5.2 do ETP.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – A CESSIONÁRIA deverá apresentar, no prazo de até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Termo de Cessão e antes da ocupação da área, sem qualquer ônus para a cedente, a apólice do contrato de seguro do tipo RC Garagista, o qual deverá ter prazo de vigência

igual ao superior ao prazo de vigência da cessão de uso, devendo ser renovado a cada prorrogação do termo de cessão de uso.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Caberá, exclusivamente, à cessionária, o ônus financeiro nos casos de acidentes, intempéries de qualquer natureza, furtos e/ou roubos, causados por seus funcionários ou por qualquer clientes usuários do estacionamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Comete infração administrativa, nos termos da Lei n. 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n. 14.133, de 2021);
- II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n. 14.133, de 2021);
- III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n. 14.133, de 2021).

IV. **Multa:**

1. Resguardados os direitos que a Administração tem de aplicar as penalidades legalmente previstas, no caso de inadimplemento parcial ou total do objeto do presente certame serão aplicadas as seguintes multas:
 - 1.1. Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado no início da prestação dos serviços, definido no Termo de Cessão, sobre o valor da taxa de ocupação mensal, até o limite de 30 (trinta) dias.
 - 1.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do Termo de Cessão de Uso, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia ou do seguro RC garagista.
 - 1.3. O atraso superior a 30 dias para início da prestação dos serviços autoriza a CEDENTE a promover a extinção do Termo de Cessão de Uso por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - 1.4. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Termo de Cessão de Uso, no caso de inexecução total do objeto. Configura inexecução total o atraso superior a 30 (trinta) dias após o final do prazo para início da prestação dos serviços, definido no Termo de Cessão.
 - 1.5. Além das multas elencadas nos itens acima, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas previstas no item 17 do Termo de Referência, até o limite de 30% do valor anual do Termo de Cessão de Uso.
2. A não manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação poderá resultar na rescisão do Termo de Cessão de Uso, além das penalidades já previstas em lei, caso a Cessionária não regularize a situação no prazo de 30 dias corridos contados da notificação para tanto.
3. As multas porventura aplicadas serão descontadas da garantia de execução contratual ou cobradas diretamente da cessionária, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.
4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e sua aplicação será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para o adjudicatário, na forma da lei.

5. Deverão, ainda, ser observadas as tabelas a seguir, que preveem as infrações e multas respectivas:

Tabela 1 - Gradação da gravidade das multas

Grau	Percentual da multa em relação ao valor anual da Cessão de Uso
1	0,15 % do valor anual da cessão de uso
2	0,30% do valor anual da cessão de uso
3	0,45% do valor anual da cessão de uso
4	0,60% do valor anual da cessão de uso
5	0,75% do valor anual da cessão de uso

Tabela 2 - Detalhamento das infrações

Infração	Grau	Ocorrência
Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	5	Por ocorrência
Atraso no prazo para o início dos serviços, incluindo o retardo na instalação dos equipamentos físicos e tecnológicos necessários para o pleno funcionamento da operação e gestão do estacionamento.	5	Por dia
Cobrar preços maiores do que os fixados nas tabelas aprovadas.	4	Por ocorrência
Utilizar as dependências sob sua	5	Por ocorrência

responsabilidade para fins diversos do objeto da Cessão.		
Permitir presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	2	Por empregado e por dia
Recusar-se a executar serviços determinados pela fiscalização previstos na Cessão.	4	Por ocorrência
Suspender ou interromper, total ou parcialmente, os serviços contratuais, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, assim entendido como a impossibilidade de atendimento aos usuários, sequer mediante operação manual dos equipamentos, decorrente de falhas sistêmicas, mecânicas, elétricas, estruturais ou operacionais que impeçam o funcionamento do sistema de controle de acesso, dos totens de entrada e saída, dos totens de pagamento, das cancelas ou dos mecanismos de registro e cobrança.	5	Por dia
Deixar de:	Grau	Ocorrência
Apresentar, quando solicitado, documento legal de comprovação do pagamento das taxas e impostos.	3	Por ocorrência

Entregar cupom fiscal/nota fiscal aos usuários do estacionamento.	1	Por ocorrência
Fornecer uniforme e/ou equipamento de proteção individual a seus empregados.	3	Por empregado e por dia
Prestar manutenção em equipamentos, utensílios, instalações e móveis no prazo de 48 horas (contado da detecção do defeito) ou comunicar à Fiscalização da Cessão as razões que impossibilitaram a realização do reparo no prazo estipulado.	4	Por dia e por item
Cumprir horário de funcionamento estabelecido no Termo de Cessão de Uso para o estacionamento.	4	Por dia
Restabelecer o sistema do controle de acesso para o modo automático, em caso de inoperabilidade. Ou seja, se o reestabelecimento não ocorrer, no máximo, em 3 horas; e desde que não ocorra qualquer interrupção na operação de estacionamento (ocorrendo em modo manual).	3	Por dia
Adquirir e instalar os equipamentos solicitados pela cedente, para garantia da execução do serviço de modo satisfatório.	5	Por dia

PARÁGRAFO TERCEIRO – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei n. 14.133, de 2021)

PARÁGRAFO QUARTO – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n. 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUINTO – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado **no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação** (art. 157, da Lei n. 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n. 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SÉTIMO – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO OITAVO – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os **endereços de e-mail** informados na **proposta comercial**, bem como os cadastrados pela empresa no **SICAF**.
2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

PARÁGRAFO NONO – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n. 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e

orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei n. 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – O CONTRATANTE deverá, **no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) (Art. 161, da Lei n. 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n. 14.133/21.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Os débitos da CONTRATADA para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n. 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA NOVAÇÃO: Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste Termo de Cessão, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO. O termo de cessão de uso se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Constitui igualmente motivo para o TRT5 rescindir a CESSÃO de Uso, independente de procedimento judicial:

- a) Utilização da área cedida para finalidade diversa da que lhe foi destinada;
- b) Descumprimento de qualquer cláusula da Cessão de Uso;
- c) Por conveniência administrativa ou por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, mediante aviso prévio de 90 dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CEDENTE, por conveniência administrativa ou por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, poderá rescindir o presente termo de cessão mediante aviso prévio de 90 dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Finda a cessão por qualquer dos motivos elencados ou por interesse da CESSIONÁRIA, a área cedida deverá ser restituída ao CEDENTE completamente desembaraçada de coisas e pessoas, no estado de conservação em que foi recebida.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: A CESSIONÁRIA assume inteira responsabilidade com relação ao pagamento de encargos trabalhistas e previdenciários de qualquer espécie relativos às pessoas que empregar ou contratar serviços.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO - Incumbirá ao CEDENTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.

14.133, de 2021, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO: Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária da Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Cessão de Uso e não puderem ser solucionados pela conciliação, conforme o art. 92, §1º da Lei 14.133/21.

Salvador, ____ de _____ de 20XX

Tarcísio José Filgueiras dos Reis

Diretor-Geral do TRT da 5ª Região

Representante Legal do CEDENTE

XXXXX

Representante Legal da CESSIONÁRIA